

AS COMPRAS PÚBLICAS DE ALIMENTOS COMO PARTE DA PROPOSTA ALTERNATIVA DE SOBERANIA ALIMENTAR: O CASO DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALI

Estevan Leopoldo de Freitas Coca¹

Resumo: Desde que passou a ser utilizada como bandeira de luta pela coalizão internacional de movimentos camponeses La Via Campesina, no ano de 1996, a soberania alimentar tem se firmado como uma alternativa à hegemonia exercida pelas grandes corporações no sistema alimentar global. Ela se baseia no direito de cada povo controlar seu próprio processo de alimentação, de modo que ocorra uma (re)aproximação entre produtores e consumidores. Tem sido cada vez mais consensual dentre os defensores da soberania alimentar que para sua implementação se faz de grande importância a participação do Estado, através da criação de mecanismos que visem possibilitar aos pequenos produtores (camponeses, indígenas e outros) a inserção no mercado e aos consumidores de baixa renda o acesso a alimentos de boa qualidade. No Brasil, experiências recentes de compra institucional de alimentos pontuam a pertinência desse entendimento. Para efeito desse trabalho, toma-se como exemplo o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que tem sido implementado pelo Governo Federal desde 2003 com dois objetivos básicos: i) a compra institucional de produtos de origem familiar, sem a ocorrência de licitação e através de preços de mercado e; ii) a doação de parte desses para pessoas em condição de vulnerabilidade social. Destaca-se como o PAA tem contribuído para a implementação da soberania alimentar por meio de fatores como: garantia de renda dos proponentes, diversificação produtiva, melhoria da alimentação no campo e na cidade e valorização do trabalho feminino.

Palavras-Chave: Soberania Alimentar, Compras Públicas de Alimentos, Programa de Aquisição de Alimentos, Estado.

¹ Doutorando em Geografia, Universidade Estadual Paulista (Unesp).